

**A Corrupção
e os Portugueses**
Atitudes, Práticas e Valores

**Luís de Sousa
João Triães**

**A Corrupção
e os Portugueses**
Atitudes, Práticas e Valores

Título Corrupção e os Portugueses – Atitudes, Práticas e Valores

Autores (Organizadores) Luís Sousa e João Triães

Autores (Convidados) António Dores, Carlos Jalali e José M. Magone

Capa RCP Edições

Coordenação e Edição RCP Edições

Design e Paginação RCP Edições

Revisão RCP Edições

Impressão SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda

1ª Edição Outubro 2008

ISBN 978-989-95786-3-0

Depósito legal 282826/08

Todos os Direitos de publicação reservados

© 2008 RCP Edições

Edições Rui Costa Pinto, Lda

www.rcpedicoes.com

geral@rcpedicoes.com

Índice

<i>Prefácio</i>	13
<i>Maria José Morgado</i>	
<i>Introdução</i>	23
<i>Luís de Sousa e João Triães</i>	
<i>Síntese “Corrupção e Ética em Democracia: o Caso de Portugal”</i> . . .	53
<i>Luís de Sousa e João Triães</i>	
1. ‘Eu não pago luvas, só puxo os cordelinhos’	75
<i>Luís de Sousa</i>	
2. Democracia neo-patrimonial e corrupção política	101
<i>José M. Magone</i>	
3. Vícios públicos, Virtudes privadas	131
<i>Carlos Jalali</i>	
4. Espírito anti-corrupção	161
<i>António Pedro Does</i>	
<i>Conclusão</i>	195
<i>Luís de Sousa e João Triães</i>	

Índice de quadros

ANEXO 1

Quadro 1 – Principais pesquisas sobre os valores sociais de corrupção . . . 50 e 51

Quadro 2 – Influências sociográficas nos julgamentos de corrupção 52

ANEXO 2

Quadro 3 – Que valores do Estado democrático são prioritários para os portugueses? 72

Quadro 4 – Moralidade privada e moralidade pública 72

Quadro 5 – Percentagem de indivíduos que condenaram e/ou condenaram totalmente os cenários sobre comportamentos e práticas na vida pública e política 73

Quadro 6 – Questões utilizadas na construção da definição social de corrupção 74

Quadro 7 – Dimensões de uma definição social de corrupção 74

ANEXO 3

Quadro 8 – Esclarecimento de comportamentos aceitáveis e não aceitáveis na vida pública. 98 e 99

Quadro 9 – O uso de ligações/influências para ajudar parentes e amigos a conseguir emprego 99

ANEXO 4

Quadro 10 – A política é uma matéria muito complicada, só os especialistas a conseguem entender. 127

Quadro 11 – Satisfação de como a Democracia nacional funciona. 127

Quadro 12 – Confiança nas instituições políticas (2006) 128

Quadro 13 – De uma maneira geral, acha que a Justiça em Portugal é pouco severa, é na medida certa ou é muito severa com...? 128

Quadro 14 – Quem é o responsável pela ineficácia da corrupção em Portugal (2006) 129

Quadro 15 – Índice de religiosidade 129

Quadro 16 – Formas de associacionismo em Portugal (2006). 130

ANEXO 5

Quadro 17 – Grau de condenação média dos portugueses de práticas dos detentores de cargos políticos	155
Quadro 18 – Grau de condenação média e percepção de incidência de práticas relacionadas com as campanhas eleitorais	155
Quadro 19 – Grau de condenação média e percepção de práticas relacionadas com detentores de cargos públicos não-políticos.	156
Quadro 20 – Grau de condenação média de práticas privadas.	156
Quadro 21 – Temas prioritários para os portugueses (em % de respostas) .	157
Quadro 22 – Modelos de regressão logística para a satisfação com a evolução da Democracia nacional.	157
Quadro 23 – Percentagem dos inquiridos que considera o combate à corrupção como uma das três prioridades nacionais, por simpatia partidária . .	158
Quadro 24 – Correlação entre a prioridade ao combate à corrupção, a simpatia e a militância partidária, e a experiência política.	158
Quadro 25 – Modelos de regressão logística para a prioridade ao combate à corrupção	159

ANEXO 6

Quadro 26 – Dinâmicas contraditórias dos processos de modernização . . .	191
Quadro 27 – Componentes principais associando as instituições inquiridas .	192
Quadro 28 – Tipo de Estado desejado pelos inquiridos	193
Quadro 29 – Tipos de ideologias e de (des)confianças nas instituições . . .	194

Conclusão

Quadro 30 – Qual a medida prioritária para o combate e a prevenção da grande corrupção em Portugal	207
---	-----

À Neide e Sandra pela amizade e dedicação

Agradecimentos

Este livro é um produto do projecto “Corrupção e Ética em Democracia: o Caso de Portugal” financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), com comparticipação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Trata-se de uma produção académica desenvolvida para um público alargado, pelo que optámos por tratar apenas os elementos mais expressivos e representativos da atitude dos portugueses face à corrupção, que resultam do estudo “Corrupção e Ética em Democracia: o Caso de Portugal”. Todos os detalhes metodológicos bem como os resultados globais do projecto podem ser consultados no Relatório Final de Pesquisa, depositados no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (www.cies.iscte.pt) e na FCT.

Gostaríamos de deixar umas breves palavras de agradecimento a todos(as) aqueles(as) que contribuíram, directa ou indirectamente, para a publicação desta colectânea de vários autores. Em primeiro lugar, um obrigado especial à Maria José Morgado e aos nossos colegas e companheiros de viagem – José, Carlos e António – pela confiança, amizade e dedicação. Agradecemos-lhes também a resposta expedita a este nosso desafio e a disponibilidade para procederem às várias revisões que lhes fomos solicitando no decorrer da elaboração deste manuscrito.

Uma palavra de apreço ao José Pedro Monteiro, pelo trabalho incansável na revisão dos pequenos erros e omissões, detalhes que escapam sempre à visão viciada dos autores. Estamos certos que contribuímos para o agravamento do seu consumo diário de nicotina e cafeína.

Os nossos agradecimentos também aos colegas Manuel Villaverde Cabral (ICS, Lisboa), André Freire (ISCTE), Pierre Lascoumes e Odette Hatou (CEVIPOF/Sciences Po Paris), Jim Newell (Universidade de Salford), Oscar Mazzoleni (Universidade de Lausanne) e Peter Larmour

Corrupção e os Portugueses

(Australian National University), pelos conselhos, comentários e sugestões que procurámos incorporar, na medida do possível, neste livro; e ao *staff* do CIES-ISCTE, em particular à Carla, Neide e Ana pela assistência prestada no decorrer do projecto.

Por último, aproveitamos também a oportunidade para agradecer o interesse e empenho pessoal do Editor, Rui Costa Pinto, sem o qual nada disto seria possível.

Introdução

Luís de Sousa e João Triães

As Democracias têm vivido transformações importantes no que respeita aos princípios de ética sob os quais assentam as suas próprias instituições e o seu desempenho. A corrupção exposta durante as últimas duas décadas tem afectado, directa ou indirectamente, a percepção dos cidadãos face ao desempenho da Democracia e constitui um factor explicativo do actual declínio dos níveis de confiança institucional (Johnston 1991b; Mény 1996a; Pharr e Putnam 2000).

Isto poderá ser entendido como um sintoma, e não como a causa, de um mal-estar mais profundo das Democracias de matriz ocidental, nas quais se inscreve a Democracia portuguesa. Algumas transformações nos processos de decisão têm posto em risco a aplicabilidade dos princípios de ética que governam (ou deveriam governar) a *res publica*. O distanciamento e a falta de renovação dos partidos, o autismo dos governantes face aos problemas dos cidadãos, o esvaziamento do Parlamento e a sua resignação a uma função submissa face aos Governos, o redimensionamento da Administração pública por lógicas economicistas, a proliferação de novos híbridos administrativos sem que sejam clarificadas as fronteiras de interacção público/privado e salvaguardado o interesse público, a insuficiência do Estado face aos desafios da economia global. No meio desta evolução, os medos e frustrações dos cidadãos fazem-se sentir de forma mais intensa do que as suas esperanças e optimismo. É, por isso, legítimo ponderar se a actual intensidade com que o fenómeno é discutido na arena pública resulta de uma cidadania mais exigente em relação ao exercício de funções públicas/eleitas ou se, pelo contrário, se trata apenas de uma reacção pontual, gerada pela hipersensibilidade a um determinado tipo de ocorrências e alimentada por uma comunicação social sensacionalista.

O optimismo das teorias de modernização, que defendiam uma gradual

Corrupção e os Portugueses

redução do fenómeno à medida que as instituições do Estado de Direito se vão consolidando e os detentores de cargos públicos/eleitos, assim como os cidadãos em geral, vão interiorizando *standards* de ética que definem e regulam o exercício de funções públicas, não parece ter correspondência com a realidade observável na Europa. Não existe automaticidade neste processo. A apropriação de *standards* de ética na vida pública não é um processo linear e progressivo. De facto, as teorias da Democracia parecem indicar que à medida que os regimes democráticos se consolidam e as práticas e procedimentos se tornam rotineiros, os cidadãos podem finalmente seguir com as suas vidas, tornando-se mais confiantes na actuação das suas instituições. Até que ponto essa confiança desinteressada não se torna disfuncional para o próprio desempenho das instituições, tornando os cidadãos demasiado permissivos e pouco responsáveis, é algo que nos compete analisar.

Através de um inquérito nacional, aplicado a uma amostra representativa da população, procurou-se indagar sobre os dilemas éticos que afectam o entendimento, a adesão e a percepção dos cidadãos em relação a estes princípios de ética em Democracia¹. O objectivo principal do estudo é a apreensão do ambiente ético em que a Democracia portuguesa funciona, com especial enfoque na análise da percepção e das práticas dos cidadãos: Quais os *standards* de ética que os cidadãos esperam dos seus eleitos em particular e do Estado democrático em geral? O que pensam os cidadãos sobre corrupção? Que tipo de comportamentos no exercício de funções suscitam condenação pública e qual a definição social de corrupção? Em que medida as suas expectativas correspondem ou contradizem as noções escolásticas de Democracia e de cidadania? Qual o grau de importância da corrupção *vis-à-vis* outros temas da agenda pública? Como julgam os comportamentos relacionados com o desempenho de cargos públicos e políticos (definição social de corrupção)? Que avaliação fazem do combate à corrupção e que

¹ “Aspectos metodológicos do questionário”. Anexo 1 página número 49

medidas/reformas consideram fundamentais para o seu combate? Estas são algumas das questões que serão tratadas neste volume.

Os contributos que se seguem pretendem apresentar, ao público em geral, algumas conclusões do estudo, esperando, com a humildade que a complexidade do mundo das percepções sociais nos impõe, que estas possam servir para melhorar o entendimento sociológico do fenómeno. (...)